

**OS EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO CURRÍCULO
ESCOLAR**

Sulamita Rosa da Silva ¹

Tânia Maria Rezende Machado ²

RESUMO

A presença de mulheres negras nos espaços públicos é algo que ainda pode ser visto como casos específicos de sucesso escolar. Ser professora e negra, nestes meandros, é ocupar espaços que não lhes é próprio. É mesmo em meio a um lugar marcado pela eurocentração patriarcal, resistir, persistir e construir legados. Diante desta abordagem, a presente proposta de pesquisa tem como objetivo geral analisar as trajetórias/percursos de professoras negras nos cursos de formação de professores da UFAC, identificando concepções de decolonialidade durante suas travessias e nas organizações curriculares de seus planos de ensino, como forma de contribuir para a formação de futuros docentes que visem uma prática educativa de fato crítica e emancipadora. Os procedimentos metodológicos consistirão na técnica snowball, ou cadeia de informantes, em que os próprios participantes indicarão outros sujeitos até atingir um ponto satisfatório das informações. Questionários e entrevistas semiestruturadas descrevendo os perfis socioeconômicos das docentes negras e suas histórias de vida respectivamente, bem como, as análises documentais para estudo dos seus planos de ensino serão realizados para efetivação deste estudo. Como referencial teórico, nos respaldaremos em autores como: Boaventura de Sousa Santos (2009), Costa e Grosfoguel (2016), Carneiro (2003), Costa (1995), Crenshaw (2002), Dubet (2001), Euclides (2017), Guimarães (1999), Hooks (1981), Quijano (2009), Ribeiro (2017, 2018), Scott (1995) entre outros, que subsidiarão as reflexões teóricas aqui levantadas. O presente estudo ainda está em construção, cujas contribuições esperamos que possam ser de suma significância para o combate de práticas sexistas, racistas e estereotipadas na academia.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Negra. Professora.

¹Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Acre. E-mail: sulaczs.sr@gmail.com

² Professora Efetiva pela Universidade Federal do Acre e-mail: taniaufac@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Durante a trajetória histórica da construção da nação brasileira, o negro sofreu processos de exclusão social e diversas práticas discriminatórias, sendo submetido a condições precárias de sobrevivência e exploração trabalhista. Devido a este contexto sociohistórico, concepções racistas foram elaboradas e reproduzidas durante séculos por grande parte da população. Embora o sistema escravocrata tenha sido abolido no decorrer do século XIX, por meio da Lei Áurea, ainda hoje no século XXI, observamos que o racismo e o preconceito manifestam-se de variadas maneiras através das mais diversas instituições, inclusive nos estabelecimentos de ensino.

Neste enfoque, é relevante trabalhar com a história afro-brasileira nos currículos das escolas, pois ao incluir tal temática nas disciplinas, o docente levantará reflexões significativas sobre a diversidade sociocultural existente em sala de aula, bem como, sobre a necessidade do combate ao preconceito ainda existente na sociedade contemporânea, contribuindo para uma possível diminuição de práticas racistas e segregacionistas, levando os alunos a conhecerem e respeitarem as diferenças culturais, religiosas e familiares.

Visando a ampliação de discussões sobre a história dos negros no Brasil, a legislação havia tornado obrigatória a inserção do ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, por meio da criação da Lei 10.639/03. Pretendia-se que os alunos compreendessem a participação do negro na construção da sociedade brasileira, os processos de desigualdades sociais e econômicas justificadas principalmente pelo contexto histórico, as lutas sociais empreendidas pelos povos negros para uma maior inclusão na sociedade brasileira, sobretudo, no currículo escolar.

Para tanto, a presente pesquisa foi realizada na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso no oitavo período do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre/Campus Floresta, no qual o estudo desenvolvido foi relacionado aos efeitos da implementação da Lei 10.639/03 no currículo de uma escola do município de Cruzeiro do Sul no ano de 2016.

Como metodologia, utilizamos uma abordagem qualitativa, tendo como procedimentos o estudo bibliográfico e a pesquisa de campo. Como técnica de coleta de dados



foi feita a análise do Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada no que se refere a inclusão do negro na disciplina de História e os Livros didáticos do 1º e 2º ano de uma escola pública de Cruzeiro do Sul, além da entrevista semiestruturada. Os sujeitos da pesquisa foram os professores do primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental no turno matutino e vespertino da escola, lócus da pesquisa. E por fim, para a interpretação dos dados coletados realizamos um estudo descritivo com base nos autores utilizados no decorrer deste estudo.

Como aporte teórico nos embasamos nos estudos de Ponciano (2011); Seyferth (2002); Silva (2006) entre outros autores. A seguir, retrataremos as principais ideias trabalhadas no referencial teórico utilizado e os resultados obtidos.

2. A LEI 10.639/03: UMA CONQUISTA PARA A INCLUSÃO DO NEGRO NO CURRÍCULO ESCOLAR

Durante os períodos Colonial, Imperial e início da República, a população negra sofreu diversos tipos de explorações trabalhistas, o que contribuiu para a construção de conceitos discriminantes e excludentes. O acesso à escolarização formal era praticamente inexistente contribuindo para um alto índice de marginalização no qual os negros foram submetidos.

No decorrer do século XIX, foram surgindo discursos petrificados com vista a enraizar conceitos discriminatórios e propagar os ideais racistas com base em estudos científicos. Nesse entorno, as desigualdades raciais se amplificavam e os discursos racistas naturalizados com base nestas teorias:

A perspectiva evolucionista social traz consigo a marca da crença na desigualdade racial, mesmo sem explicitação direta de critérios biológicos, visto que, nessa hierarquização civilizatória, o ocidente tem primazia absoluta assegurada pelas leis da natureza. O que chamamos de racismo, afinal, aponta para ideologias que afirmam os determinantes biológicos da cultura e da civilização (SEYFERTH, 2002, p.18).

Para a autora, várias teorias foram produzidas no sentido de consolidar o racismo entre os povos. Teses baseadas no evolucionismo como o darwinismo social manifestaram pautas em favor da desigualdade entre as raças e da sobrevivência dos povos considerados mais aptos, o que serviu para fortificar as ideias imperialistas e eugenistas.

Todavia, para que os negros pudessem superar essas ideologias e conquistar uma maior autonomia enquanto sujeitos sociais, estes deveriam criar vários movimentos sociais em prol de uma melhor inclusão na sociedade. Neste enfoque, citamos a criação da Frente Negra Brasileira, em 1930, o primeiro movimento político negro do Brasil.

Para Gonçalves (2003), a Frente Negra criou escolas em que os professores lecionavam gratuitamente diferentes cursos, todavia, foram poucas as experiências a exemplo deste movimento que criaram escolas próprias no decorrer do século XX. Em seguida, temos a criação do Teatro Experimental Negro (TEN) em 1944, entre outros movimentos negros de caráter social, político e assistencialista que foram criados no decorrer do período republicano.

Entretanto, somente com o período de redemocratização do país que a população negra teve maior liberdade de denunciar as práticas discriminatórias existentes na sociedade, sobretudo no espaço escolar, e lutarem pela inclusão da história e cultura do negro nos currículos escolares, uma vez que os materiais pedagógicos durante muitos anos privilegiaram apenas a cultura europeia, retratando o negro de maneira estereotipada e inferior as demais culturas.

Neste contexto, foi criada a Lei 10.639/03, uma conquista importante para a população negra, tornando obrigatória a inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira no currículo escolar das escolas públicas e privadas. Podemos notar em seu artigo da seguinte forma:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra. (BRASIL, 2003, p.01).

Concomitante a isso, as escolas podem incluir nos conteúdos as temáticas relacionadas a História e Cultura Afro-brasileira, e assim o docente poderá discutir sobre a contribuição destes povos para o desenvolvimento da identidade brasileira, ressaltando também, durante as explicações das aulas, a existência das desigualdades sociais e raciais sofridas pelos negros no decorrer da história.

Para tanto, é necessário uma (re) construção da história e cultura dos negros nas escolas, afim de que os discentes possam compreender a pluralidade étnica existente, o respeito que devemos desenvolver por cada cultura e a importância desses povos no caráter identitário nacional. Diante disso, a pesquisa sobre os efeitos da Lei 10.639/03 foram estudados em uma escola pública de Cruzeiro do Sul. Nesta perspectiva, serão abordados os resultados do estudo desenvolvido.

3. A HISTÓRIA E A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO PPP E NOS LIVROS DIDÁTICOS: UM ESTUDO REALIZADO NUMA ESCOLA PÚBLICA DE CRUZEIRO DO SUL/AC

O PPP da Escola pesquisada foi elaborado no ano de 2015 e tem o período de vigência até 2019. A Escola está situada na Avenida 25 de agosto, nº 2321, bairro Eletroacre, na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, atendendo a clientela dos bairros São José, Formoso, Mutirão do Quartel da PM, Cruzeirão, entre outros bairros. A Escola trabalha com as séries iniciais do ensino fundamental e funciona nos turnos matutino e vespertino com as turmas de 1º ao 4º ano das séries iniciais.

No que tange à proposta pedagógica da disciplina de História para os três primeiros anos do Ensino Fundamental, o Projeto Político Pedagógico da Escola apontou de forma sucinta a inclusão da história afro-brasileira e africana no currículo escolar, ressaltando

apenas que esta temática deveria ser trabalhada nos conteúdos escolares. Assim, para o 1º ano das séries iniciais, o objetivo que atendeu a essa temática afirmava que o aluno devia ser capaz de:

Identificar características de diferentes objetos envolvidos em jogos e brincadeiras pertencentes a cultura local, as culturas indígenas e Africanas no Brasil, no presente e em diferentes tempos, reconhecendo mudanças e permanências em seus elementos culturais (PPP, 2015, p.33).

De acordo com a proposta pedagógica da referida disciplina, o docente precisa desenvolver atividades com os educandos por meio de objetos que representem a cultura local, africana e indígena, a fim de resgatar a história e valores culturais desses povos. Para Ponciano (2011), ensinar história e cultura afro-brasileira e africana significa o envolvimento de todo o estabelecimento escolar na construção de reflexões e de saberes a respeito da diversidade e da pluralidade étnico racial existente no país, destacando o respeito às diferenças socioculturais e o reconhecimento e valorização dos povos negros. Afinal existe uma multiplicidade de culturas que estão presentes nas escolas, e cada vez mais as instituições devem estar preparadas para o recebimento deste público.

No que se refere ao 2º ano, o único objetivo que se referiu especificamente à inclusão da temática do negro, ressaltou que o aluno poderia através de diversas atividades: “Identificar e estabelecer relações entre diferentes hábitos alimentares da comunidade e de outras localidades, tempos e culturas (sociedades indígenas, quilombolas. [...]), em diferentes ocasiões – cotidianas e festivas” (PPP, 2015, p.33). Nesse viés, os estudantes seriam capazes de conhecer alguns costumes e práticas culturais de vários povos, sejam estes moradores locais, indígenas ou negros.

A escola pode trabalhar com essas temáticas, elaborando atividades que abordem os hábitos alimentares, festividades, entre outras formas de manifestação cultural dos grupos populares. Contudo, Lima (2006) ressalta que não se podem restringir as manifestações culturais africanas a apenas folclóricas, pois a cultura negra tem sua complexidade que envolve diversos saberes na sua forma de elaboração e de expressão. Neste viés, as escolas

precisam observar as maneiras de desenvolvimento das atividades, para não restringirem a cultura negra a um simples folclore, mas trabalhar sua amplitude, mostrando aos educandos quão rica são as suas composições e os significados que a elas atribuem.

Em relação ao 3º ano, o objetivo que atendeu a temática sobre o negro, afirmou que o aluno por meio das explicações e realização de produção de atividades deveria: “Identificar a relação entre manifestações culturais na sociedade brasileira (festa junina, folclore, festa da primavera ou da árvore, natal [...]) e em outras culturas - indígenas e quilombolas” (PPP, 2015, p.34).

As atividades deveriam fazer esta relação entre as diferentes culturas, a fim de mostrar ao educando as origens da cultura nacional e que os negros africanos tiveram grande influência na construção da identidade do Brasil, não só eles, como também os indígenas, entre outros grupos étnicos que fizeram parte do processo de construção da identidade nacional. Os educandos, através desse contato, iniciam a compreensão sobre a influência da cultura negra na construção de tradições artísticas e festivas, além de identificar os reflexos das culturas indígenas na formação identitária brasileira. Essas culturas poderiam ser discutidas através da linguagem, da comida, entre outros aspectos. Assim:

[...] a presença negra nas nossas manifestações culturais é muito mais marcante. Ela não ocorre unicamente nas manifestações esportivas e/ ou entretenimento, mas em todas as instâncias: nas linguagens falada, escrita e gestual; no vestuário; nas artes; na mentalidade; na filosofia de vida; nos sentimentos; na religiosidade; na musicalidade; nas relações pessoais e familiares (SILVA, 2006, p.129).

Quanto ao 4º ano, não havia um objetivo específico que norteasse como a Instituição pretendia trabalhar com a história e a cultura afro-brasileira e africana.

No Projeto Político Pedagógico da Instituição pesquisada, havia um tópico intitulado “Ações Educativas para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Este tópico retratava a existência da diversidade sociocultural da sociedade brasileira e a relevância de trabalhá-la como um tema transversal em diferentes atividades e disciplinas variadas. Desse modo, o PPP (2015) afirmava que:

[...] o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena focando principalmente na ampla diversidade sociocultural brasileira e conhecimento de vivências que contribuam para disseminar injustiças sociais e qualquer forma de preconceito e discriminação que recaiam sobre si e sobre o outro e para que o educando possa desenvolver atitudes de repúdio a essas práticas. Esta instituição aborda esta temática inserindo tais conteúdos dentro das áreas de conhecimento, por se tratar de um tema transversal, através de seqüências de atividades e projetos interdisciplinares que colaborem com a transformação de atitudes dos educandos (PPP, 2015, p.47-48).

Portanto, o PPP apresentou algumas abordagens em relação aos objetivos da disciplina de história nas séries iniciais do Ensino Fundamental, no que se refere a cultura negra. Contudo, tal apresentação ocorreu de modo sucinto, não aprofundando na temática da histórica e da cultura do negro, mas apenas citando que tais temáticas deveriam ser trabalhadas juntamente com as culturas locais e indígenas.

Percebemos que o PPP não apresentou um tópico específico sobre estas questões, de modo que garantisse uma profunda reflexão sobre as lutas, movimentos e influência dos negros na sociedade brasileira e também não abordou sobre a Lei 10.639/03, legislação federal importante que foi o marco principal para a inclusão dos negros no currículo escolar.

No que se refere às características gerais dos livros utilizados no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental na Escola, locus da pesquisa, observamos que foram editados no ano de 2014, sendo distribuídos às escolas no ano de 2015, para serem utilizados pelas instituições escolares durante os anos de 2016, 2017 e 2018. Estes livros são de venda proibida e fazem parte do Programa Nacional do Livro Didático/PNLD. Os autores responsáveis são os professores Doutores Rogério G. Nigro, Maria Elena Simielli, e Anna Maria Charlier. Todos são pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP). Os materiais são integrados, trabalhando as disciplinas de História, Geografia e Ciências.

Os Livros são divididos em quatro unidades, cada unidade subdivide-se em quatro capítulos que são iniciados sempre com uma atividade denominada “Hora da roda”, que tem como objetivo fazer uma apresentação inicial do tema que será estudado posteriormente.

Cada capítulo está organizado a partir das seguintes seções: “Atividade prática”, dotada de experimentos para os alunos realizarem e aprenderem mais sobre o tema estudado; “Divirta-se”, com atividades diferenciadas que pretendem proporcionar as crianças maneiras

divertidas de aprender; “Pesquise”, com atividades de pesquisa sobre determinado tema como forma de ampliar os conhecimentos em relação ao conteúdo; “Saiba mais”, com um texto ou uma atividade diferenciada que visa alcançar uma melhor aprendizagem do estudo proposto; “Desafio”, apresentada como uma oportunidade das crianças fazerem descobertas e comparações seja em grupo ou individual; “Leia mais”, com a apresentação de textos, canções e poemas referentes às temáticas estudadas naquele capítulo; “Traçando saberes”, uma seção especial que visa possibilitar aos alunos conhecimentos variados e de forma interdisciplinar; e, “O que estudamos”, a seção de encerramento da unidade, que apresenta uma breve revisão de todo o conteúdo estudado na unidade correspondente. Vale ressaltar que destacamos somente os tópicos e abordagens que se referem a temáticas ligadas a história e cultura do negro.

As obras analisadas abordaram relações entre os conteúdos propostos e a pluralidade cultural e étnica existente no Brasil. Os livros didáticos destacaram variadas ilustrações com crianças brancas, pretas, asiáticas, com deficiência física, entre outras singularidades, ressaltando a questão das diferenças. A linguagem é de fácil compreensão adequando-se ao nível de desenvolvimento dos alunos, e a criança negra é incluída nas obras como um cidadão de direitos, que faz suas atividades cotidianas, brinca como as demais crianças e apresenta características distintas das demais, seja nos aspectos físicos, culturais ou sociais.

No entanto, quando a África foi apresentada através de algumas imagens, as obras abordaram apenas a pobreza do continente. Enquanto nos outros países foram ressaltadas imagens de moradias boas, como símbolo de riqueza. Isso nos revelou que ainda existe a ideologia que no continente africano há somente pobreza e miserabilidade, desvalorizando-o sem ao menos conhecer a história e a cultura dos países que a constituem.

Ao final das obras, observamos que através da análise dos livros didáticos que nas atividades propostas havia várias imagens de pessoas negras, fossem em conceitos, exemplos e explicações. Para Ponciano (2011), as imagens reproduzem ideias, conceitos e informações. Portanto, a obra ao propiciar figuras incluindo pessoas negras, desenvolve nos alunos atitudes de naturalização quanto ao diferente, de aceitar o outro independente de suas diferenças. Os

conteúdos do 1º e 2º ano das séries iniciais são iguais, mas com atividades diferenciadas. Neste sentido, o livro trouxe algumas contribuições significativas quanto à inclusão do negro no ambiente escolar, através de imagens que relatavam situações do cotidiano, e a abordagem de diferentes culturas colaborando para a construção crítica e social dos discentes.

Todavia, é relevante destacar que “ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza principalmente as raízes europeias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática” (BRASIL, 2004, p.14). Diante disso, cabe não só ao docente como toda a comunidade escolar elaborarem projetos de atividades e propostas educacionais, contribuindo para o desenvolvimento de uma educação inclusiva e igualitária.

4. A INCLUSÃO DO NEGRO NO CURRÍCULO ESCOLAR NO PONTO DE VISTA DOS PROFESSORES ENTREVISTADOS

Para complementarmos a análise do PPP e dos livros didáticos utilizados pela escola pesquisada, realizamos uma entrevista semiestruturada com quatro professores. Dois professores lecionavam para o 1º ano das séries iniciais e os outros dois no 2º ano. Esta entrevista foi realizada no intuito de verificar o ponto de vista dos professores, em relação à importância de ensinar a história e a cultura afro-brasileira em sala de aula.

A primeira pergunta foi se os professores tinham conhecimento da Lei 10.639/03. Todos os docentes responderam que não recordavam da Lei mencionada. Certamente por haver diversas leis, há certa dificuldade na assimilação do que cada uma delas aborda. Todavia, é importante que o docente busque sempre se atualizar, compreendendo a importância não só dessa mais de diversas outras legislações educacionais e suas atualizações.

A segunda questão tinha o intuito de saber como eram trabalhadas a história e a cultura afro-brasileira em sala de aula e quais eram as atividades desenvolvidas na escola para trabalhar com essa temática. Neste enfoque, uma docente respondeu que:

Ensino o respeito às diferenças, trabalhando a questão do respeito, dos valores, atividades que levem eles a compreender a importância do respeito e também valoriza mais a cultura nossa cultura brasileira, que é descendente dos africanos, e essa temática leva a conhecer e valorizar através de projetos, atividade de sequência, contos africanos que ajudem a compreender que a cor do corpo não importa, mas o respeito (PROFESSORA A).

Percebemos que a docente enfatiza mais o trabalho com o respeito às singularidades e especificidades dos sujeitos, propondo exercícios para os alunos que contribuam no desenvolvimento do respeito e da tolerância, de modo a promover a valorização da cultura nacional, que por sua vez, tem raízes no continente africano, com influência dos negros escravos, índios e europeus. Sendo assim:

Cabe à escola a tarefa de pensar possibilidades de acesso às diferentes culturas, não no sentido de incluir em seu calendário datas exclusivas para trabalhá-las, mas no sentido de possibilitar a compreensão sobre as há diferenças e semelhanças entre uma cultura e outra. As relações de disputa por posições sociais e conhecimentos são carregadas de interesses particulares inerentes tanto à sua própria cultura quanto às outras. Por isso, é necessário que os alunos conheçam a cultura de outros grupos e a história de sua própria cultura em um processo de interação e alteridade (DELTON e KAZUKO, 2010, p.07).

Os estabelecimentos escolares têm liberdade de criarem diversas estratégias metodológicas para trabalharem com esta temática, portanto, é relevante inserir essas questões no currículo escolar de maneira objetiva. No que se refere à mesma questão, o professor B do 2º ano, relatou que no 2º ano como a turma ainda está em processo de alfabetização, abordamos “mais questões de intolerância, da questão racial, mas de forma bem acessível, bem pedagógica, não entrando muito no mérito da questão” (PROFESSOR B). No ponto de vista deste educador é preciso trabalhar de forma mais geral, não se aprofundando muito, adequando-se a linguagem das crianças que ainda estão sendo alfabetizadas.

Todavia, mesmo em turmas em processo de alfabetização, o docente pode trabalhar com o respeito às diferenças, utilizando como exemplo os próprios alunos em sala, enfatizando a valorização da cultura do outro, da cor, da etnia, entre outros aspectos por meio de diferentes estratégias metodológicas. O professor, em todas as modalidades de ensino,

necessita desenvolver um trabalho baseado em uma educação antirracista, que contemple a cultura afro-brasileira e a diversidade cultural de diferentes povos.

Uma educação antirracista baseia-se no reconhecimento dos povos africanos, no que tange a sua história e cultura, inserindo-a no currículo de maneira interdisciplinar, integrada, de modo a contribuir para a formação plena dos educandos. Quando as escolas se comprometem a inserir esta temática nos conteúdos escolares, contribuem para a diminuição da discriminação racial, do preconceito, podendo até mesmo erradicar práticas de caráter racistas no ambiente escolar. Contudo, este é um desafio ainda a ser vencido, que requer muita determinação e comprometimento de toda a comunidade escolar.

No que se refere à mesma questão, a professora C respondeu da seguinte forma:

No 1º aninho é mais contextualizado com a história do Brasil, trabalhando a questão da cor, da raça, do preconceito, mas esses detalhes simples, porque é 1º ano. Trabalho com as brincadeiras do passado e presente, a família, o tratamento das pessoas. Eu falo um pouquinho também em relação aos africanos que vieram, aquelas pessoas de outros países que chegavam até o Brasil, tudo de forma bem simples, para eles retratarem em forma de desenho, de frases, coisas simples (PROFESSORA C).

A docente busca contextualizar o assunto, principalmente por meio de brincadeiras, das relações de parentesco e do respeito entre as pessoas. Nesta fase, o brincar é essencial, pois envolve as crianças de maneira lúdica, interessante, instigando-as a participarem do processo e interagirem entre si. Brincadeiras que trabalhem a temática sobre o negro, em diferentes contextos, sejam com temáticas africanas, músicas afro-brasileiras, bonecas negras, entre outros recursos, podem auxiliar os alunos a desenvolverem a valorização da cultura negra. Desse modo:

O brincar é um aliado importante para o processo de conhecimento e de organização afetiva da criança. O brincar é uma oportunidade de apreender a vida. O educador pode dimensionar a riqueza desses momentos como um jogo que pode levar à superação ou manutenção de preconceitos, principalmente quando associados à identidade negra (BRANDÃO e TRINDADE, 2010, p.91).

O brincar e os jogos podem influenciar no desenvolvimento dos alunos, se usados com o objetivo de despertar a conscientização dos alunos, contribuindo para sua formação. As brincadeiras são fundamentais para o aprendizado das crianças, pois chamam sua atenção devido o aspecto da ludicidade.

O professor pode trabalhar mostrando como eram no passado e como são nos dias atuais as brincadeiras e jogos de diferentes culturas e locais, ajudando a criança a ter uma visão mais amplificada em relação ao mundo que a cerca. Portanto, incluir a cultura negra é uma boa forma de ensinar a diversidade cultural de uma maneira diferenciada e instigante.

No que tange a resposta da professora D, ela enfatizou que trabalha com a história e cultura afro da seguinte forma:

Como nós trabalhamos com alunos de sete e oito anos que são alfabetizados, nós procuramos trabalhar esses assuntos de forma bem prática, falando para eles que a nossa cultura é muito diversificada, que vários povos vieram para cá, que a gente deve respeitar as diferenças, que todos são importantes, as crianças vão adquirindo esses conceitos para já não ter aquela consciência preconceituosa, como a sociedade vê dessa forma. Então nas aulas de história, de geografia, a gente sempre está trazendo essa cultura que é tão importante, que é tão rica, para o debate em sala de aula. Esse ano, a gente trabalhou uma música aqui no projeto que era sobre a diversidade da música, a nossa era até sobre a miscigenação. [...] aqui na escola a gente trabalha projeto com eles (PROFESSORA D).

A docente salientou que a escola trabalha mais a questão afro-brasileira em formas de projetos durante o ano letivo. As aulas das disciplinas de História e Geografia são as que mais trabalham esta temática. Desse modo, como ressalta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

O ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira se fará por diferentes meios, inclusive, a realização de projetos de diferentes naturezas, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social (BRASIL, 2004, p.22).

Neste enfoque, a comunidade escolar pode criar projetos, atividades interdisciplinares, propor pesquisas, apresentações de trabalho, passeios em comunidades quilombolas, entre outras metodologias, a fim de propiciar ao aluno um maior contato com a história e cultura desses povos.

A última questão que perguntamos aos professores foi se os mesmos consideravam relevante trabalhar com a temática sobre o negro em sala de aula. Eles responderam da seguinte forma:

É muito importante porque, muitas vezes as crianças gostam de brincar mais com os branquinhos e aí a gente trabalha desde pequeno que a cor não importa, tem que respeitar os outros independentes de suas diferenças, e aí aprendem a conviver de forma mais harmoniosa (PROFESSORA A).

Com certeza. Esses temas que são considerados temas transversais claro que são importantes de ser trabalhados. Pela gente viver num país muito miscigenado, Cruzeiro do Sul tem essa variedade, se você for a sala vai ver, não a maioria, mas grande parte dos alunos são negros, são descendentes de negros, país, e isso é importante porque o negro está presente no tudo né, hoje em dia na sala de aula, na escola, na sociedade em geral, então é importante que se trabalhe isso (PROFESSOR B).

Os docentes enfatizam que devem ensinar as crianças desde pequenas o respeito ao diferente, para que cresçam sem preconceito e discriminação racial. Também ressaltaram a existência de vários alunos negros na região, principalmente nas escolas, daí a necessidade de trabalhar com a cultura negra, a fim de naturalizar essa diversidade em sala de aula. Os outros dois professores responderam da seguinte forma:

Sim, porque já vai desenvolvendo na criança essa questão de não ter preconceito, porque muitas crianças trazem da família e de outros lugares essa questão do preconceito, da cor, nós não queremos isso né, queremos formar cidadãos críticos e conscientes, mas sem preconceito (PROFESSORA C).

Com certeza. Eu trabalho conversando com eles sobre a escravidão, eles ficam até assustados né, mas a gente tem que mostrar a verdade. Hoje em dia tem até as novelas, que mostra como era antigamente, e eu ficamos sempre comentando, eles costumam assistir também. Um tempo desses, eu estava lendo um livrinho sobre a capoeira né, então eu estava comentando com eles que era uma forma deles se defenderem. Então eles já vão sabendo que tem coisas que vieram de fora, a nossa cultura que nos brasileiros absorvemos para nós (PROFESSORA D).

Todavia, sabemos que para que ocorra uma educação conscientizadora e inclusiva, é preciso muita determinação, planejamentos e investimentos tendo o intuito de alcançar a qualidade dos serviços, portanto, “a comunidade escolar deve sair da idealização e alcançar efetividade” (BRASIL, 2005, p.45), propondo assim atividades sólidas capazes de contribuir para a aprendizagem das crianças.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos através dos dados, que a história e a cultura negra foram introduzidas nos primeiros anos do ensino fundamental no Projeto Político Pedagógico da escola, sendo que o referido documento propõe que a temática seja trabalhada em sala de aula através de brincadeiras, jogos, atividades diferenciadas, entre outros recursos.

Com relação aos livros didáticos percebemos que temáticas sobre o negro são apresentadas de maneira bem sucinta, sobretudo por meio das ilustrações nas atividades, nas quais aparecem crianças e adultos negros juntamente com crianças de outras etnias retratando a questão da diversidade e do respeito às diferenças.

Em relação à fala dos professores, estes relataram que abordam a temática sobre o negro de maneira bem simples, não se aprofundando muito no tema proposto. Apontam mais a questão das diferenças, da valorização e do respeito ao outro, incentivados por meio de atividades como contos e brincadeiras, ou ainda através de projetos didáticos. Em vista disso, compreendemos que a implementação da Lei 10.639 de 2003, teve efeitos nos currículos escolares, e mesmo alguns docentes não tendo conhecimento específico sobre a referida Lei, sabem que a legislação educacional, de modo geral enfatiza a importância da introdução da cultura e da história afro-brasileira no trabalho pedagógico desenvolvido pelas instituições escolares.

Destacamos que a escola pesquisada não vem trabalhando com a história dos afro-brasileiros, suas lutas sociais e suas manifestações socioculturais, como sugere a Lei. Ainda assim procura enfatizar a questão da diversidade cultural, embora de maneira bem

generalizada e simples. Os professores justificaram a não inclusão dessa temática de forma mais aprofundada no fato dos alunos estarem em processo de alfabetização.

Para que haja uma real inclusão da história e da cultura afro-brasileira, é preciso mais envolvimento e interesse não só dos professores, como também da comunidade escolar, em pensar atividades diferenciadas que promovam uma maior inclusão, que conscientizem as crianças a respeito da existência da diversidade cultural e da importância do respeito ao diferente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Ana Paula; TRINDADE, Azoilda Loretto (org). **Modos de brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres.** Rio de Janeiro - RJ: Fundação Roberto Marinho, 2010.

BRASIL. **História da Educação do Negro e outras histórias**/Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei 10.639**, 3 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em 24 de Setembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC/SEPPPIR, 2004.

DELTON, Felipe; KAZUKO, Tereza Teruya. **Ensino da história e cultura africana em salas de aula brasileira.** Seminário de pesquisa do PPE. Universidade do Maringá. 2010.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e Educação no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PONCIANO, Deise Denise. **A História e Cultura Afro- brasileiras no Currículo de História do 6º ao 9º ano da rede oficial do estado de São Paulo** . Presidente Prudente. 2011.

SEYFERTH, Giralda. Racismo e o Ideário da Formação no Pensamento Brasileiro. In: OLIVEIRA, Iolanda. **Cadernos PENESB.** nº4. Niterói: EdUFF. 2002.



Revista

Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

v. 2, n. 1, (Ago - Jan) 2019

SILVA, Dilma de M. A Educação Artística como forma de produção Humana. In: OLIVEIRA, Iolanda. **Cadernos PENESB**. nº6. Niterói: EdUFF. 2006.

4 Fontes Analisadas:

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Divina Providência. **Ensino Fundamental**. Cruzeiro do Sul/ Acre. 2015.

SIMIELLI, Maria Elena. NIGRO, Rogério G. CHARLIER, Ana Maria. **Descobrir o mundo**. Ciências Humanas e da Natureza (História, Geografia e Ciências) Ensino Fundamental- Anos iniciais 1º ano. 1 edição. São Paulo: Ática. 2014.

SIMIELLI, Maria Elena. NIGRO, Rogério G. CHARLIER, Ana Maria. **Descobrir o mundo**. Ciências Humanas e da Natureza (História, Geografia e Ciências) Ensino Fundamental- Anos iniciais 2º ano. 1 edição. São Paulo: Ática. 2014.